

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

BRUNO SIBERICO

**A INCLUSÃO PRODUTIVA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE
ASCENSÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS**

**PORTO ALEGRE
2018**

BRUNO SIBERICO

**A INCLUSÃO PRODUTIVA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE
ASCENSÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social pelo curso de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Martinelli

**PORTO ALEGRE
2018**

BRUNO SIBERICO

**A INCLUSÃO PRODUTIVA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE
ASCENSÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS NEOLIBERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social pelo curso de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - UFRGS.

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Tiago Martinelli
Orientador

Professora Dr.^a Alzira Maria Baptista Lewgoy
1^a Examinadora

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto o processo de inclusão produtiva realizado pelo poder público no âmbito da política de assistência social. O interesse pelo tema deu-se em decorrência da realização do Estágio Curricular em Serviço Social, ocorrido de março de 2016 a junho de 2017 em um Centro de Referência de Assistência Social. O trabalho realizado teve por objetivo analisar os projetos de inclusão produtiva no âmbito da política de assistência social, apresentando a sua caracterização e a discussão feita a partir de produções acadêmicas do Serviço Social, buscando registrar como ocorre a qualificação para inserção no mercado. Além disso, foi proposto o diálogo sobre as novas formas de organização e de produção que interferem no mundo do trabalho. Foi realizada a análise da relação existente entre diferentes políticas públicas que poderiam oportunizar ações voltadas para a qualificação profissional da população, na intenção de apontar que a conjugação de esforços entre diferentes políticas públicas é fundamental para a efetivação da inclusão produtiva.

Palavras-chave: Inclusão Produtiva. Trabalho. Assistência Social.

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS TRABALHO – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

AGEMPE – Agencia Municipal de Empregos de Esteio

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEI – Micro Empreendedor Individual

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SMCDS – Secretaria Municipal de Cidadania e Desenvolvimento Social

SMEDS – Secretaria Municipal de Economia e Desenvolvimento Sustentável

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	10
3 A INCLUSÃO PRODUTIVA REALIZADA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma experiência de qualificação profissional no município de Esteio	20
4 CAMINHOS PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA: um debate para o Serviço Social	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este TCC consiste no estudo das ações governamentais de inclusão produtiva realizadas no âmbito da política de assistência social. Para tanto, realizou-se um resgate da bagagem teórica obtida ao longo da formação acadêmica, indispensável para a compreensão da realidade social, política e econômica encontrada na atualidade brasileira.

A baixa qualificação profissional¹ da população usuária da assistência social para a ocupação de postos de trabalho e o desemprego são compreendidos como expressões da questão social passíveis de gerar exploração pelo trabalho e opressão da classe trabalhadora. Compondo a lógica de que a questão social também é expressão de resistência, a busca por alternativas de qualificação e inserção no mundo do trabalho (acesso a emprego e renda), a defesa das políticas sociais públicas, bem como as lutas junto as organizações e entidades trabalhistas, compõem um conjunto de iniciativas que possibilitam melhoria nas condições de vida da população.

O interesse pelo tema das ações de qualificação profissional da população usuária da assistência social para a ocupação de postos de trabalho surgiu quando da experiência do estágio curricular, momento no qual o estudante passou a ser estagiário de um CRAS localizado em Esteio, Rio Grande do Sul.

Como medida para a integração da população ao mercado, o Estado brasileiro vem realizando, a partir do apoio financeiro da união aos municípios, as ações de inclusão produtiva: projetos que compreendem “a qualificação técnico-profissional da população, a intermediação pública de mão-de-obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária” (BRASIL, 2017). No espaço sócio-ocupacional do CRAS foi possível

¹ "A política pública de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho visa promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação. O objetivo é contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações. A Qualificação Profissional ou Formação Inicial e Continuada, aliada à qualificação social do trabalhador brasileiro, é fator indispensável para o acesso e permanência no mundo do trabalho. Adquirir conhecimentos e competências é imprescindível para a superação dos desafios a serem enfrentados no mundo do trabalho. Ciente dessas necessidades dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho [reestruturou] a política pública de qualificação, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação, de modo a ampliar a qualidade dos cursos oferecidos e consequentemente a efetividade das ações de Qualificação Social e Profissional. Pretende-se ainda universalizar o acesso dos trabalhadores aos cursos, utilizando-se metodologias e ferramentas de tecnologia voltadas à implantação da Qualificação à Distância (QaD), um projeto inovador que beneficiará milhões de trabalhadores em todo o Brasil. O Ministério do Trabalho tem também trabalhado em parceria com o Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no sentido de alinhar os cursos ofertados às necessidades do mundo do trabalho, bem como no encaminhamento de trabalhadores para os cursos desse programa, por meio das agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE)" (BRASIL, 2015).

identificar que a falta de renda ocasionada pela situação de desemprego em que se encontra parte população era o fator mais recorrente que motivava os usuários a buscarem os benefícios disponibilizados pelo equipamento. A promoção da integração ao mercado de trabalho é um dos objetivos da política de assistência social, e está posta em lei.

No CRAS foi desenvolvido um projeto de inclusão produtiva pela equipe técnica. Tratava-se de uma oficina de customização de roupas. As usuárias participantes tinham a oportunidade de aprender técnicas de corte, costura e customização de roupas com o acompanhamento de uma oficineira cujo contrato de trabalho é terceirizado. A oficina era executada de forma totalmente alheia ao que preconiza o ACESSUAS TRABALHO², que orienta a realização de ações de inclusão produtiva. Buscou-se adequar o projeto de inclusão produtiva existente no CRAS às orientações do programa do MDS, e assim, criar oportunidades de qualificação profissional aos usuários do equipamento em atividades laborais do ramo têxtil.

Essa tentativa de adequação resultou na criação do projeto de intervenção profissional “Organização e Instrumentalização de Participantes de Oficina de Inclusão Produtiva: uma estratégia para a Geração ou Complementação de Renda de Usuários de CRAS” elaborado, executado e avaliado ao longo do processo de estágio curricular.

Neste TCC buscou-se realizar um trabalho acerca dos projetos de inclusão produtiva, na intenção de verificar como ocorre a qualificação para inserção no mercado de trabalho. Para tanto, pesquisou-se em uma parte da produção acadêmica do Serviço Social e nos documentos oficiais do Governo Federal respostas sobre a caracterização das ações de inclusão produtiva, sua finalidade, as formas de financiamento e os entraves existentes em sua execução.

O capítulo um contém esta introdução em que é feita uma abordagem geral do tema da inclusão produtiva e são registradas as motivações para a sua escolha enquanto objeto de estudo. No capítulo dois são tratadas as diversas tendências observadas no mundo do trabalho no contexto da globalização capitalista, que se traduzem em formas de precarização das relações de trabalho. No capítulo três é apresentada a caracterização das ações de inclusão produtiva extraída de diversos documentos oficiais, bem como é registrada a experiência de

² "O Programa possui o objetivo de promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social. Essa integração pode acontecer através do emprego formal (com “carteira assinada”), do empreendedorismo individual (trabalho “por conta própria”) ou de empreendimentos coletivos de Economia Solidária (como as cooperativas). Para aumentar as chances de inserção no mundo do trabalho, as ações envolvem desde a articulação de cursos de qualificação profissional até iniciativas de Intermediação de Mão de Obra (que aproximam potenciais trabalhadores e empregadores). Suas ações poderão ser executadas de forma direta pelo município ou Distrito Federal (DF), ou em parceria com entidades e organizações de assistência social". (BRASIL, 2018)

criação, execução e avaliação de projeto de intervenção profissional voltado para a oficina de inclusão produtiva existente no campo de estágio curricular. No quarto capítulo é apresentada a caracterização da inclusão produtiva extraída de produções acadêmicas da área do Serviço Social e é proposto o debate para o Serviço Social acerca da articulação de diferentes políticas públicas como uma forma de efetivar a inclusão produtiva. Por fim é realizado um balanço final do trabalho desenvolvido em que são registrados os achados do estudo realizado.

2 GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Este capítulo colabora com o debate sobre a inclusão produtiva, trazendo fenômenos que repercutem diretamente no mundo do trabalho na contemporaneidade, como a globalização do sistema de produção capitalista, o avanço da disseminação de políticas de viés neoliberal e a implementação do Toyotismo enquanto modelo de produção industrial. Esses fatores resultam em precarização das relações de trabalho e na acentuação das mazelas sociais que vivem os trabalhadores, retirando do Estado sua responsabilidade em dar respostas às necessidades sociais que emergem da sociedade civil. A problemática é evidente na passagem de texto de Ricardo Antunes que aborda a questão:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2002, p. 227)

A política econômica Neoliberal vem se consolidando como modelo a ser seguido pelos governos no Brasil. Poucos são os que em suas administrações não seguem à risca a proposta desta política econômica. Em sua esteira, a reestruturação produtiva tem gerado sérios problemas ao mundo do trabalho, que são vividos por grande parte dos trabalhadores brasileiros. Nesse sentido,

pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também os países capitalistas centrais. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados, que hoje atinge também os países do Norte (ANTUNES, 2002, p. 228)

São claras as consequências da manutenção da ordem capitalista, principalmente no que diz respeito à exclusão e precarização dos trabalhadores do sistema de produção vigente, e tem como meta a manutenção e perpetuação desta lógica societal adotada. Sobre a isso:

[...] quanto mais se avança na competitividade intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais que não conseguem acompanhar sua velocidade intensa. Da Rússia à Argentina, da Inglaterra ao México, da Itália a Portugal, passando pelo Brasil, os exemplos são crescentes e acarretam repercussões profundas no enorme contingente de força humana de trabalho presente nestes países. (ANTUNES, 2002, p. 228)

Ou seja, em nome da manutenção da ordem do capital, a tecnologia concorrencial se acirra, resultando em desmontagem de diversos parques industriais pelo mundo, agravando a questão do desemprego³.

A precarização vivida pela classe trabalhadora atualmente é sintetizada por Ricardo Antunes e Giovanni Alves da seguinte forma:

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. O sistema de metabolismo, sob controle do capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham. (ANTUNES, ALVES, 2004, p.335).

Os autores colocam que na era da globalização capitalista atual a classe trabalhadora revela sua heterogeneidade e diversificação, que nos primórdios do sistema capitalista não existia. Além disso, verificamos que os níveis de exploração da classe trabalhadora são cada vez maiores no contexto neoliberal.

No capitalismo, verificamos a existência de uma grande crise, que para Ricardo Antunes, se expressa em duas tendências:

1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos; 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social. (ANTUNES, 2002, p. 230-231)

As novas formas de flexibilização e desregulamentação do trabalho são crescentes no contexto neoliberal. Também cresce a implementação do modelo de produção toyotista em contraposição ao modelo taylorista e fordista tradicionais. Além disso, constata-se que o chamado estado de bem-estar social vem sendo amplamente substituído pelo modelo neoliberal, que promove desregulamentação e precarização ao trabalho. A existência destes fatores:

[...] é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental "sociedade do descartável", que joga fora tudo que serviu como

³ “No que diz respeito ao *mundo do trabalho*, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da (des)sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfetichização das *formas de representação* hoje dominantes, do *ideário* que domina nossa sociedade contemporânea.” (ANTUNES, 2002, p. 230)

"embalagem" para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2002, p. 231)

A crise do capitalismo busca, portanto, dar respostas as deficiências do próprio sistema capitalista. E ao ser mantido, verifica-se que a força de trabalho é que sofre as maiores consequências de sua manutenção, com o destocamento dos direitos sociais. Além disso, o sistema capitalista é capaz de mudar a relação da produção de mercadorias com a própria natureza, criando uma sociedade voltada prioritariamente para a manutenção desse sistema. Nesse sentido, o autor complementa apontando o seguinte:

No embate cotidiano que empreendem para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para co-administrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e ao mesmo tempo gerenciar as crises, acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. A América Latina se "integra" à chamada mundialização destruindo-se socialmente. (ANTUNES, 2002, p. 232)

Fica claro, portanto, que ao serem gerenciadas as crises do sistema capitalista, acaba-se por trazer ainda mais precarização à classe trabalhadora. Nosso continente ao se integrar à mundialização do capital acaba por destruindo-se socialmente. Nesse sentido, são denunciadas as características existente em nosso atual modo de produção. São diversas as formas de precarização do trabalho no contexto do capitalismo. Este sistema não tem compromisso com a classe trabalhadora servindo ela, também, apenas como uma forma de manter a lógica societal vigente. Os trabalhadores, portanto, são parte indispensável para o funcionamento do capital, e ainda que esta classe seja cada vez mais precarizada, ela nunca será extinta⁴.

O movimento operário sofreu consequências muito fortes, e que a análise minuciosa desse cenário é imprescindível para a compreensão da configuração que a classe trabalhadora apresenta hoje. Portanto a análise da atual conjuntura não pode ser feita de forma superficial. A crise estrutural do capital afetou as economias capitalistas a partir de 1970⁵, e que elas

⁴ "É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização [...], são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo". (ANTUNES, 2002, p. 232)

⁵ "É preciso acrescentar ainda que, com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a conseqüente crise do welfare state, deu-se um processo de regressão da própria socialdemocracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional". (ANTUNES, 2002, p. 235)

tiveram de implementar medidas para a reestruturação do capital, o que teve impacto direto nas características do mundo do trabalho⁶.

A “social-democratização” dos movimentos de esquerda trouxe burocratização para os movimentos sindicais. Com isso, esses movimentos perderam força e cada vez menos fazem frente em defesa de seus trabalhadores.

A social-democracia passou por uma grande regressão, se aproximando da agenda que é própria do neoliberalismo. Esse processo se verifica também no Brasil. Esse movimento propiciou a implementação da reestruturação produtiva que temos, bem como acelerou os processos de terceirização e enxugamento do papel interventor do Estado, medidas harmônicas aos ditames de organismos internacionais que visam a manutenção e consolidação da ordem capitalista, bem como é observado:

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pósmoderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente. (ANTUNES, 2002, p. 235)

Sendo assim, é possível compreender como se deu o combate ao sindicalismo, a propagação do subjetivismo presente em nossa sociedade e a contrariedade a qualquer proposta dos valores capitalistas. Tais características compõem a lógica contemporânea que sustenta o capitalismo atualmente.

1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos; 2) deu-se o fim do Leste Europeu, onde parcelas importantes da esquerda se socialdemocratizaram; 3) esse processo efetivou-se num momento em que a própria socialdemocracia sofria uma forte crise; 4) expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões. (ANTUNES, 2002, p. 235-236)

Todos esses fatores nos permitem entender a lógica societária vivida hoje no Brasil e nos permitem compreender a realidade de precarização observada no mundo do trabalho. A precarização que é verificada no mundo do trabalho atualmente faz com que pense-se no fim do trabalho e também no fim do conjunto dos trabalhadores. Nesse sentido, reafirma-se que a classe trabalhadora atualmente adquire diversas e diferentes características e que para a

⁶ "Um [...] elemento fundamental para a compreensão da crise do mundo do trabalho refere-se ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista. Ocorreu um agudo processo político e ideológico de socialdemocratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Esta opção socialdemocrática atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, repercutindo, conseqüentemente, no interior da classe trabalhadora. Ela atingiu também fortemente o sindicalismo de esquerda, que passou a recorrer, cada vez mais freqüentemente, à institucionalidade e à burocratização, que também caracterizam a socialdemocracia sindical". (ANTUNES, 2002, p. 234-235)

compreensão do mundo do trabalho atual, é preciso atentar para diversas de suas características:

A classe dos trabalhadores hoje é diferente da configuração que tinha em seu surgimento. Também, é uma classe que não está desaparecendo, tampouco perdeu seu sentido estruturante. Isso significa que atualmente verifica-se uma grande diversidade na composição objetiva e subjetiva dos trabalhadores⁷. Sendo assim, para a compreensão do mundo do trabalho, é indispensável compreender como é a classe trabalhadora em sua conformação atual (ANTUNES, ALVES, 2004).

Ou seja, a classe-que-vive-do-trabalho compreende todas as pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho, desde que elas não sejam detentoras de um meio de produção. Essa classe abrange, portanto, uma grande quantidade de indivíduos, que têm como sua única fonte de renda o seu próprio trabalho, seja qual for ele. Além disso, uma diversificação objetiva e subjetiva é observada na classe trabalhadora hoje.

Com a retração do modelo Taylorista e Fordista, vem se constatando o a redução do trabalho industrial e das relações de trabalho tradicionais mantidas neste modelo. Com isso, verifica-se também a ocorrência do fenômeno da reestruturação produtiva do capital, responsável pela desregulamentação e precarização dos postos de trabalho existentes no contexto do neoliberalismo, política econômica em plena ascensão na atual fase do capitalismo. Essa realidade faz com que ocorra a diminuição crescente dos empregos formais em toda a cadeia produtiva. Além disso, com o desenvolvimento de novas formas de produção, como a *lean production* (Produção enxuta), e com novas formas de desconcentração do espaço físico de trabalho, em que o trabalhador não fica condicionado ao espaço de trabalho obrigatoriamente, entre outros fatores, vem se observando uma redução do trabalhador estável, herdeiro do modelo Taylorista e Fordista (ANTUNES, ALVES, 2004).

Os autores colocam que, contraditoriamente, o dito novo proletário fabril vem crescendo em quantidade de trabalhadores, bem como tem-se também o incremento do número de empregados no setor de serviços. Porém, ainda que a quantidade de trabalhadores tenha se elevado, observa-se que esse novo proletário vive as consequências da reestruturação produtiva do capital, como a precarização, terceirização, subcontratamento, *part-time* (tempo parcial), entre outras formas de trabalho precarizados (ANTUNES, ALVES, 2004).

⁷ "[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção". (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 336).

O trabalho precarizado atinge diretamente o Brasil e outros países da América Latina, que após o incremento do proletário industrial, tem hoje a desindustrialização e com resultado dela as diversas formas de precarização do trabalho. Outra tendência verificada diz respeito ao trabalho feminino.⁸

Tem-se que o trabalho feminino vem aumentando, porém a mulher vem ocupando trabalhos precarizados e desregulamentados. Além disso, a média salarial paga às mulheres é inferior à média paga aos homens. Ao mesmo tempo, atividades de maior trabalho intensivo, que exigem mais qualificação, são destinadas preferencialmente às mulheres e imigrantes, negros, indígenas etc.

Como resultado do processo de reestruturação produtiva, constata-se uma expansão dos assalariados médios no setor de serviços, área de trabalho que incorporou os trabalhadores retirados do processo produtivo industrial. Essa tendência é reflexo da reestruturação produtiva, do processo de desindustrialização e também da implementação de políticas de viés neoliberal. Constata-se, ainda, uma inter-relação crescente entre o mundo produtivo e o setor de serviços, tornando atividades improdutivas em atividades diretamente produtivas, porém, sendo essas, voltadas para a racionalidade econômica de valorização do capital.

Constata-se o aumento dos níveis de sindicalização dos trabalhadores assalariados médios, ampliando o contingente de trabalhadores pertencentes à nova configuração da classe trabalhadora. Outra tendência observada na diversificação da classe trabalhadora e do mundo do trabalho existente hoje são os jovens, que possuem pouca experiência profissional, sem perspectiva de conquista de emprego, acabam engrossando, cada vez mais, as filas em busca de trabalho precário e dos desempregados. Isso é reflexo do desemprego estrutural presente em nossa sociedade, em que o mercado de trabalho absorve um menor número de trabalhadores para o trabalho. Portanto, grupos de trabalhadores jovens, sem experiência profissional, são aqueles que mais sofrem com a pouca inserção no mercado, condicionada pela realidade de desemprego estrutural (ANTUNES, ALVES, 2004).

⁸“Há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, desde 1998 o contingente feminino tornou-se superior ao masculino, na composição da força de trabalho britânica. Esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, freqüentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores(as) imigrantes, negros(as), indígenas etc.) (Hirata, 2002).” (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 337-338)

Ainda o caráter perverso do mercado de trabalho afasta os trabalhadores “idosos”, que ao serem excluídos do processo produtivo encontram grande dificuldade em serem reinseridos. Esse grupo acaba por engrossar também as filas de candidatos a trabalhos precários. Isso porque, para a ordem social vigente, não é conveniente a contratação de trabalhadores que desenvolveram atividade laboral no período fordista e taylorista (ANTUNES, ALVES, 2004).

Verifica-se uma onda crescente de postos trabalho no chamado terceiro setor⁹, caracterizado por ser um conjunto de organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público. Esse crescimento é reflexo direto da diminuição da oferta de trabalho nos setores industrial e de serviços. Esse movimento é reflexo direto do quadro de desemprego estrutural existente. Apesar disso, trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, no entendimento dos autores, como uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. O Estado, influenciado por uma tendência neoliberal, tende a desresponsabilizar-se pelo atendimento das necessidades sociais colocadas pela população e busca transferir essa responsabilidade para empresas do terceiro setor, que possuem um profundo caráter assistencialista. Ou seja, é substituído a atendimento prestado pelo Estado com caráter de direito no atendimento às necessidades sociais da sociedade, por um atendimento prestado no viés de ajuda prestado por entidades do terceiro setor. Além disso, o terceiro setor absorve trabalhadores desempregados e abandonados pela desmontagem do sistema de bem estar social, impulsionada pela crescente onda neoliberal.

O trabalho em domicílio, ou seja, aquele realizado a partir de casa, é uma onda crescente observada atualmente. Sua ocorrência é motivada pela telemática (ou teleinformática), que consiste em um conjunto de serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações, pela desconcentração do processo produtivo, e também e pela expansão de pequena e médias unidades produtivas. Através da expansão da telemática e de

⁹[...] uma crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. O “Terceiro Setor” acaba, em decorrência de sua próxima gênese e configuração, exercendo um papel funcional ao mercado, uma vez que incorpora parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital e abandonados pela desmontagem do Welfare State”. (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 339-340)

formas de precarização do trabalho, o trabalho doméstico vem se expandindo em diversas partes do mundo. As atividades transnacionais, indispensáveis para o estabelecimento do capitalismo em escala global, tem permitido que o trabalho produtivo em domicílio mescle-se com o trabalho produtivo doméstico, aumento a exploração das mulheres no cenário atual do mundo do trabalho (ANTUNES, ALVES, 2004).

Por fim, Ricardo Antunes e Giovanni Alves nos trazem uma última tendência observada na classe trabalhadora e no mundo do trabalho atual, em que o processo de mundialização do capital, o mundo do trabalho também torna-se cada vez mais transnacional. Com a implementação do toyotismo, novas regiões industriais surgem e outras desaparecem, e estão cada vez mais presentes no mercado mundial. Isso exige que as ações dos trabalhadores, enquanto classe, devem ser também pensadas também numa lógica internacional. Isso quer dizer que as ações e a união dos trabalhadores que visem frear as imposições do capital devem ser planejadas para que tenham um alcance também global.

Neste modelo tem-se a racionalização do trabalho e a inserção engajada do trabalho na produção do capital. O toyotismo, então, se difere do modelo taylorista e fordista, no que diz respeito às formas de cooptação do trabalhador na produção do capital, ocorrendo a captura total da subjetividade operária. Essa captura, portanto é fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista. Quanto a isso, os autores completam:

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito a ambos, ele tenderia, em contrapartida, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo. (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 346)

Ou seja, no modelo toyotista, há uma investida em capturar a subjetividade do trabalhador, fazendo com que este seja um colaborador da lógica societal vivida hoje. Antunes e Alves comentam ainda sobre o avanço tecnológico verificado nas atuais formas de reprodução do trabalho:

O advento da maquinaria complexa¹⁰ na produção capitalista, exigiu que esse sistema formulasse novas formas de cooptação do trabalhador, para que, desta forma, fosse

¹⁰ “Na verdade, a introdução da maquinaria complexa, das novas máquinas informatizadas que se tornam inteligentes, ou seja, o surgimento de uma nova base técnica do sistema sociometabólico do capital, que propicia um novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, no qual a captura da subjetividade operária é uma das precondições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista.” (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 346)

perpetuado o sistema de produção. O modelo de produção vigente, visa portanto, imputar ao próprio trabalhador a responsabilidade pela manutenção do capitalismo. A maior participação do trabalhador no processo produtivo, proporcionada pela implementação do toyotismo, colabora com a captura de sua subjetividade. Com isso, cada vez mais, o trabalhador não percebe o que produz e para quem produz, ou seja, a alienação que o capitalismo produz no trabalhador é intensificada no modelo toyotista (ANTUNES, ALVES, 2004).

Na fase de reestruturação produtiva, o taylorismo promove uma maior participação do trabalhador, porém as ideias provindas do chão de fábrica, são antes analisadas para que sirvam e sejam vantajosas ao capital. Claro que, neste processo, o trabalhador, alienado pela produção, não percebe que na verdade está sendo usado pela lógica do capital. Ele se percebe como um indivíduo que colabora com os processos do qual participa, de forma dócil.

O maquinário informatizado, por si só, não é capaz de reproduzir o trabalho humano. Dessa forma, ocorre uma maior interação entre a máquina e o trabalhador. Surge, nesse processo, um maior estranhamento do trabalhador ao trabalho, afastando ele de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada. Isso faz com que se aumente o estranhamento ao trabalho e ao pertencimento de sua classe social.

O capitalismo torna, com o modelo toyotista, ainda mais agudo o a condição do estranhamento na subjetividade do trabalhador. Além disso, a reestruturação produtiva dissemina novas formas de objetivação fetichizadas que capturam a subjetividade do trabalhador.

Sobre o impacto das novas formas de alienação e estranhamento na subjetividade da classe trabalhadora, na atual fase do modelo de sociedade vigente, em que a reestruturação produtiva promoveu importantes redução e precarização das relações de trabalho, por influência do modelo neoliberal, verifica-se um a existência de um solo social que impede, ainda mais, o afloramento de uma subjetividade autêntica no trabalhador. São diversas as formas de fetichizações e reificações que se fazem presentes no mundo do trabalho. Tais fatores, são responsáveis por produzir sérias consequências na vida do trabalhador. A vida social, a qual é mantida na lógica de consumo de mercadorias está também bastante cooptada pela lógica capitalista (ANTUNES, ALVES, 2004).

É evidente que o modo de produção capitalista, impulsionado pela política econômica neoliberal, promove uma séria captura de subjetividade nos indivíduos, que passam a não ter uma subjetividade própria, autêntica. A alienação promovida pelo atual modo de produção impede, portanto, a autodeterminação da personalidade nas pessoas. A subjetividade do indivíduo é algo capturado pelo capital como um objeto, para a reprodução do modo de

produção na qual está inserido. Essa captura traz tanta alienação que é impossível de exercer as possibilidades mais próprias de sua personalidade. Ocorre à venda de sua força de trabalho ao modo de produção capitalista e além disso, suspende-se o consumo de prestígio, que lhe trariam satisfação, para que ocorra uma satisfação alienada, imposta pela lei de mercado do próprio modo de produção. (ANTUNES, ALVES, 2004).

A vida não deve estar diretamente condicionada pelos ditames do grande capital, mas que deve ser, um campo de disputa entre a alienação e desalienação. O trabalho, apesar de estar subordinado ao capital hoje, é um elemento vivo que existe, e também acontece no contexto de disputa entre o modelo atual e um novo modelo societário, livre das amarras que o capitalismo impõe¹¹.

O conhecimento da realidade social vivida pelos trabalhadores deve ser uma das principais preocupações de qualquer assistente social, pois seu trabalho desenvolve-se diretamente para o atendimento das demandas sociais coladas por eles. Porém, só é possível fazer uma leitura crítica da realidade ao ter contato com teorias e proposições que questionem a ordem natural do sistema capitalista.

O item trabalhado neste capítulo permitiu a compreensão de como diversas tendências presentes no mundo do trabalho repercutem na vida do trabalhador. O neoliberalismo e o modelo toyotista que vem sendo implementado trazem uma grande precarização para o mundo trabalho contemporâneo. A compreensão desses fatores permite que seja feita a crítica ao modelo societal vigente e que se reconheça suas diversas características.

O reconhecimento das tendências observadas no mundo do trabalho na contemporaneidade, tratadas por pensadores brasileiros neste capítulo, permite que seja feita uma leitura crítica da realidade. Isso é fundamental para pensar, também, como ocorre a inclusão produtiva realizada pelo poder público dos trabalhadores excluídos dos processos sociais. No capítulo a seguir, além de ser apresentado dados quantitativos do desemprego no Brasil extraídos do IBGE, será apresentada e como se caracterizam as ações de inclusão produtiva a partir de documentos oficiais e será registrada experiência com inclusão produtiva obtida no processo de estágio curricular.

¹¹ "[...]é importante salientar que a vida cotidiana não se mostra meramente como o espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação. Como observamos no tocante à subsunção do trabalho ao capital, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho "subordinar-se" ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista" (ANTUNES, ALVES, 2004, p. 350).

3 A INCLUSÃO PRODUTIVA REALIZADA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma experiência de qualificação profissional no município de Esteio

Este capítulo apresenta a realidade do desemprego no Brasil¹² a partir de dados oficiais do IBGE e traz a caracterização das ações de inclusão produtiva a partir de documentos publicados pelo Governo Federal. Desse modo, serão expostos os objetivos da inclusão produtiva, suas formas de execução e de financiamento, o público a que ela se destina e demais informações relevantes sobre essas iniciativas governamentais voltadas para a(re)inserção de usuários da assistência social ao mercado de trabalho. Além disso, será apresentada a experiência de criação, execução e avaliação do projeto de intervenção profissional voltado para a oficina de inclusão produtiva do CRAS Conviver, realizado pelo estudante durante o processo de estágio curricular. Dessa forma, será exposta a proposta geral do projeto, na intenção de analisar o trabalho desenvolvido e assim compreender como ocorre às ações de inclusão produtiva voltadas aos usuários da assistência social.

A inclusão produtiva torna-se objeto de ações da política de assistência social por determinação da Constituição Federal de 1988, que traz no artigo 203 a “promoção da integração ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1988, art. 203) como um dos objetivos desta política pública. Na intenção de concretizar esta determinação, foi estabelecido o Plano Brasil Sem Miséria, instituído em 2011 pelo MDS como estratégia para a geração de renda à população que se encontra em situação de extrema pobreza. O plano Brasil Sem Miséria criou o ACESSUAS TRABALHO, que transfere recursos do governo federal à área de assistência social dos municípios para que eles desenvolvam ações que contribuam na integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho - seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo individual ou de empreendimentos de economia solidária (BRASIL, 2014).

A taxa de desemprego no Brasil foi estimada em 11,8% no terceiro trimestre de 2016 e atingiu o maior nível já registrado pela série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que teve início em janeiro de 2012. No mesmo período, na região sul do país, a taxa de desocupação foi de 7,9% e no Rio Grande do Sul 8,2% (IBGE, 2016).

¹² "O Brasil, apesar de ser considerado como uma das principais economias do mundo, também é considerado um dos países com mais elevada desigualdade econômica e social do mundo. Em razão destas desigualdades, o Brasil presencia a exclusão, de diversos grupos sociais, de seus direitos básicos como cidadãos. Assim, a forma mais cruel de revelara situação de desigualdade existente em um país é a pobreza e a indigência, decorrentes da privação e carência de recursos e oportunidades que impedem o indivíduo de tornar-se cidadão". (CALISING, 2018, p. 620).

Os índices de desemprego atingem um grande número de trabalhadores, trazendo precarização para suas vidas e os obrigando a recorrer aos programas e benefícios disponibilizados pela política de assistência social. Frente ao desemprego, - aqui compreendido como uma das expressões da questão social - que atinge boa parte das pessoas que acessam as unidades públicas de assistência social, esta política pública busca, através das iniciativas de inclusão produtiva - por determinação da Constituição Federal de 1988, orientações do MDS, legislações que regem a política e decretos do poder executivo federal - a reinserção da população à cadeia produtiva.

Dentre esses documentos orientadores, citamos, por exemplo, o decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008, que estabelece o compromisso nacional pelo desenvolvimento social, sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que orienta a realização de projetos de inclusão produtiva em todo o território brasileiro. Ele tem como objetivo a conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal em pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionadas à inclusão social e promoção da cidadania e tem como uma de suas metas a inclusão produtiva (BRASIL, 2008).

A capacitação da população usuária para a entrada no mercado de trabalho ou o desenvolvimento de formas de obtenção de renda a partir do trabalho autônomo, objetivos da inclusão produtiva, tem como pano de fundo as diversas formas de vulnerabilidade social que atingem grande parte da classe trabalhadora. O sítio do MDS traz informações sobre inclusão produtiva:

A inclusão produtiva articula ações e programas que favorecem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da Economia Solidária. Reúne iniciativas de apoio a microempreendedores e a cooperativas de economia solidária, bem como de oferta de qualificação profissional e Intermediação de Mão de Obra que visam à colocação dos beneficiários em postos de emprego com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada. (BRASIL, 2015)

O Caderno de Orientações Técnicas do ACESSUAS TRABALHO coloca que os projetos de inclusão produtiva “compreendem ações de qualificação profissional, a intermediação de mão-de-obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária” (BRASIL, 2012, p. 12). O mesmo documento traz que o objetivo do Programa é “promover a integração dos usuários da Assistência Social no mundo do trabalho, a partir da mobilização e encaminhamento para cursos de qualificação profissional e inclusão produtiva” (BRASIL, 2012, p. 15). O público a que se destinam as ações, são:

populações urbanas em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes em municípios integrantes do programa, com idade mínima a partir de 16 anos, com prioridade para usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios sócioassistenciais, com atenção especial a famílias e indivíduos com

perfil do Plano Brasil Sem Miséria (pessoas em situação de pobreza extrema); jovens egressos do serviço de convivência para jovens; pessoas com deficiência; beneficiárias do BPC; pessoas inscritas no CadÚnico; egressos do sistema socioeducativo; famílias com presença de situação de trabalho infantil; população em situação de rua; famílias com crianças em situação de acolhimento provisório; adolescentes e jovens egressos do serviço de acolhimento; indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência do tráfico de drogas; indivíduos egressos do sistema penal e beneficiários do programa bolsa família. (BRASIL, 2012, p. 15)

No artigo segundo da LOAS, exatamente como se lê no artigo 203 da Constituição, consta “a promoção da integração ao mercado de trabalho” como um dos objetivos da assistência social. Também, no artigo 25 da mesma lei, encontramos o seguinte:

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (BRASIL, 1993)

As legislações citadas, tem por objetivo promover o acesso ao da população ao trabalho, direito social que está colocado na constituição em seu artigo sexto: "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]" (BRASIL, 1988). Objetivando a garantia dos direitos sociais, portanto, a realização de ações de inclusão produtiva é compreendida atualmente pelo Estado brasileiro como uma das possíveis formas de viabilizar à população o acesso ao trabalho e a renda, o que proporcionaria autonomia financeira aos indivíduos e conseqüentemente uma melhoria nas condições gerais de subsistência.

A inclusão produtiva tem abrangência nacional, é financiada pelo Governo Federal e executada nos municípios e distrito federal. Para apoiar financeiramente os municípios nas atividades relacionadas à inclusão produtiva o ACESSUAS TRABALHO transfere recursos do fundo de assistência social do governo federal aos municípios. Em 2014, entre os 5.570 municípios, “98,7% (5.503) desenvolviam pelo menos uma ação de inclusão produtiva” (IBGE,2017).

A intencionalidade dos projetos de inclusão produtiva é de qualificar a população usuária da assistência social para o mundo do trabalho, na perspectiva da construção de sua autonomia e emancipação. A capacidade de inclusão é grande, sendo que “de um total de 1,1 milhão de pessoas matriculadas no Pronatec Brasil sem Miséria (acumulado até junho de 2014), 430,4 mil tiveram vínculo empregatício formal entre 2012-2014” (MDS, 2014, p.299).

Isso significa que 37,6% do público inscrito no Pronatec Brasil sem Miséria¹³ esteve no mercado de trabalho formal no período. A maior parte dos participantes é constituída por jovens entre 18 e 24 anos (135,2 mil), seguida por adultos na faixa etária 30 a 39 anos (125,4 mil). Um achado importante foi que, dentre aqueles que transitaram no mercado formal de trabalho, “183,7 mil (42,7%) obtiveram o emprego após a matrícula em um curso do Pronatec Brasil sem Miséria” (MDS, 2014, p. 299).

A participação em ações de inclusão produtiva não está atrelada à nenhuma condicionalidade imposta aos usuários, sendo critério de acesso estar em situação de vulnerabilidade e risco social, residir em municípios integrantes do Programa e ter idade mínima a partir de 16 anos. É dada prioridade para usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios sócioassistenciais.

O desenvolvimento das ações no âmbito do ACESSUAS – TRABALHO “observa metas pactuadas anualmente pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovadas pelo CNAS” (BRASIL, 2012, p. 31). As metas servem de parâmetro para o repasse de recursos da União para o município. O repasse de recursos financeiros da União aos municípios ocorre por transferência fundo a fundo, sendo o recurso repassado proveniente do FNAS¹⁴.

A inclusão produtiva integra as ações governamentais de inserção da população ao mercado de trabalho. É financiada pelo governo federal e executada no âmbito dos municípios e Distrito Federal, com atribuições específicas para cada esfera de governo. A qualificação da população para ingresso no mundo do trabalho busca garantir o acesso da população ao direito social do trabalho, posto na Constituição Federal de 1998. O mercado de trabalho possui diversas contradições próprias no modo de produção capitalista. Ainda assim, é necessário que as pessoas tenham acesso ao direito social do trabalho, para que possam usufruir de uma renda que garanta a manutenção de suas vidas.

O mundo do trabalho é fortalecido quando o trabalhador passa a integrá-lo. Isso porque as lutas sociais travadas entre o conjunto dos trabalhadores e o grande capital passam a ter mais trabalhadores reivindicando o atendimento de suas demandas. Portanto, mesmo que

¹³ O Público alvo do Brasil Sem miséria, plano que previa, entre outras ações, a oferta de cursos de qualificação profissional a pessoas em condição de pobreza extrema, são “16,2 milhões de pessoas em todo o país” (MDS, 2014, p. 5). A região norte abarca 2.658.452 pessoas, que representam 17% do público participante. A região Nordeste, 9.609.803 pessoas, que representam 59% do total. No Sudeste, 2.725.532 pessoas, ou seja, 17%. Na região Sul 715.961 pessoas, que representam 4% do total do público participante. Por fim, representando o menor percentual do público alvo do Brasil sem miséria, temos o Centro-Oeste, com 557.449 de pessoas, que representam 3% do público total do programa (MDS, 2014).

¹⁴ “As transferências fundo a fundo caracterizam-se pelo repasse, por meio da descentralização, de recursos diretamente de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios. As transferências fundo a fundo são utilizadas nas áreas de assistência social e de saúde”. (BRASIL, 2005, p. 25)

as ações de inclusão produtiva inseriram o trabalhador no contexto do processo produtivo, é importante que ele vivencie os processos de trabalho e possa dispor de uma condição de incluído e não excluído, como é a realidade de parte da classe trabalhadora.

A partir da Assistência Social, sob estes aspectos, realizou-se o projeto de intervenção, cujo objetivo foi contribuir com a organização e instrumentalização dos participantes da oficina de inclusão produtiva do CRAS Conviver, com vistas à construção de alternativas de geração ou complementação de renda enquanto trabalhadoras da área de confecção de roupas. Os objetivos específicos foram os seguintes: proporcionar alternativas de obtenção de renda através das atividades apreendidas nas oficinas de inclusão produtiva; colaborar com a promoção da autonomia das participantes do projeto, na intenção de que pudessem gerar ou complementar sua renda; Problematizar junto às usuárias participantes a concepção de trabalho e as formas de inserção dos trabalhadores no mercado; Articular parceria intersetorial para a realização do projeto entre a SMCDS e SMEDS.

Os recursos humanos utilizados na execução do projeto foram aqueles já existentes no quadro de servidores da Prefeitura de Esteio. A equipe de trabalho foi composta por três pessoas: um coordenador, um subcoordenador e um palestrante convidado. O coordenador foi o estagiário em Serviço Social, que desenvolveu o projeto. O subcoordenador era um técnico assistente social, responsável pela supervisão das atividades. O palestrante convidado para os encontros foi servidor do quadro de funcionários da SMEDS, atualmente SMDEI – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação. Considerando os recursos físicos, materiais e humanos é possível considerar que levou-se em consideração a viabilidade de execução do projeto.

O projeto de intervenção foi pensado para o CRAS Conviver, espaço sócio-ocupacional onde o estudante realizou as etapas I e II do processo de estágio curricular. No Conviver foi desenvolvido até o final de 2016 um projeto de inclusão produtiva, chamado de “oficina de geração de renda”. Tratava-se de uma oficina de customização de roupas, em que as usuárias participantes tinham a oportunidade de aprender diversas técnicas de corte e costura, artesanato em tecido e customização de roupas. As aulas eram viabilizadas por meio de uma parceria entre o Conviver e uma empresa terceirizada, que cedia umaicineira que guiava as aulas junto às usuárias participantes.

O projeto ocorreu normalmente ao longo do ano de 2016, mas por uma decisão de governo da atual gestão municipal, eleita em 2016, a oficina de customização de roupas foi extinta, e desde o primeiro semestre de 2017 não foi mais realizada. O projeto desenvolvido pelo estudante recebeu o nome de: “Organização e Instrumentalização de Participantes de

Oficina de Inclusão Produtiva: Uma Estratégia para a Geração ou Complementação de Renda de Usuários do CRAS Conviver”. Foi realizado em formato de encontros de orientação às usuárias participantes da oficina de customização de roupas e tinha por objetivo incentivar o início em atividade rentável do ramo da confecção de roupas.

As ações de inclusão produtiva devem favorecer a inserção da população no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou por via de empreendimentos da Economia Solidária (BRASIL, 2014, p. 305). Sendo assim, foram realizados no projeto de intervenção três encontros periódicos de orientação às participantes, abordando em cada um deles, as três formas de inserção da população usuária ao mercado de trabalho indicadas pelo MDS.

Foi feita uma avaliação do projeto no semestre seguinte à sua realização e constatou-se que o impacto social esperado, que era gerar renda que proporcionasse a manutenção das usuárias e de suas famílias, foi alcançado parcialmente. Poucas usuárias iniciaram alguma atividade do ramo da confecção de roupas e aquelas que o fizeram, pela análise das respostas das participantes, que responderam a questões de avaliação do projeto, entendeu-se que a renda gerada com a atividade do ramo têxtil era insignificante, não servindo como uma fonte de renda que propiciasse a manutenção da própria usuária ou de sua família. Frente a esse resultado negativo verificado na avaliação do projeto, o estudante buscou debruçar-se sobre a temática dos projetos de inclusão produtiva, na intenção de analisá-los, e assim, problematizar a qualificação para inserção ao mercado de trabalho.

A execução do projeto foi realizada a partir de uma parceria intersetorial entre duas secretarias da estrutura organizacional do município: SMCDS e SMEDS. Tal articulação intersetorial foi fundamental para a realização de ações de incentivo ao trabalho e renda, dadas as circunstâncias macroestruturais geradoras do desemprego, que não podem ser superadas por uma única política pública, sendo assim, buscou-se unir esforços entre política de assistência social e trabalho e renda.

Inicialmente, o projeto possuía três etapas: planejamento, execução e avaliação, porém, devido ao cronograma de atividades do CRAS essas etapas não puderam ser delimitadas adequadamente e assim o trabalho realizado dividiu-se em duas etapas apenas: primeiramente realizou-se o planejamento do trabalho e posteriormente execução e avaliação concomitantemente. A avaliação não pode ser feita separadamente da execução porque a turma da Oficina de Customização de Roupas encerrou suas atividades antes do momento previsto para a avaliação do projeto.

No momento de planejamento o estudante levantou informações sobre a Oficina de Customização, pois era preciso saber quais eram os dias e os turnos em que as atividades eram realizadas, quantas turmas existiam, o número de participantes por turma, como era a metodologia empregada pelaicineira que guiava as aulas e os critérios de seleção adotados pelo corpo técnico do Conviver para compor as turmas.

Na mesma fase buscou-se saber o perfil das turmas participantes da oficina, e para isso, através da análise de documentos do espaço sócioinstitucional, foi feito levantamento das seguintes informações sobre cada usuária: gênero, idade, escolaridade e renda per capita. No momento de planejamento ainda pesquisou-se sobre os temas que seriam tratados em cada encontro e buscou-se a parceria intersetorial.

No momento de execução foram criados os materiais informativos que seriam distribuídos aos usuários antes da realização de cada encontro. Neste material constava assunto a ser tratado no encontro, objetivo, data, hora e local de realização. Também foi na etapa de execução que foram realizados os três encontros do projeto.

O primeiro encontro do projeto tratou do MEI, forma de trabalho autônomo que garante cobertura previdenciária ao beneficiário mediante o pagamento mensal de uma taxa de cinquenta e cinco reais ao INSS. Essa forma de trabalho foi escolhida pensando na possibilidade de o trabalhador ter um direito seu garantido: o acesso aos benefícios da previdência social por parte do trabalhador autônomo.

O segundo encontro do projeto de intervenção foi um encontro de orientação sobre Entrada no Mercado de Trabalho. Pensou-se, portanto, na possibilidade de as participantes ingressarem como costureiras em alguma empresa do ramo têxtil. Neste encontro trabalhou-se os seguintes assuntos: Como elaborar um bom currículo; Entendendo o processo seletivo; Preparação para entrevista; Onde buscar vagas de emprego (informações sobre a AGEMPE); Tópicos sobre realidade do mundo do trabalho. Este encontro contou também com a presença de um servidor da SMEDS, responsável por coordenar a AGEMPE e foi possível que aqueles que desejassem pudessem incluir seus dados no banco de oportunidades de emprego da agência.

Dada a amplitude do tema tratado no encontro, o corpo técnico do Conviver recomendou que o ele fosse aberto ao público geral do CRAS e não apenas às participantes da Oficina de Customização, afinal, qualquer usuário, independentemente da área que tenha interesse em trabalhar, poderia usar das orientações passadas no encontro. Essa abertura do encontro ao público geral do CRAS foi a alteração mais significativa feita no projeto de trabalho.

O terceiro e último encontro do projeto buscou incentivar a organização coletiva das participantes da Oficina de Customização de roupas. O assunto trabalhado foi Organização de Feiras de Mercadorias Baseadas nos Princípios da Economia Solidária. A proposta era que as participantes pudessem realizar ou se inserir em feiras de economia solidária realizadas em espaço público no município e dessa forma conquistassem renda através da venda dos itens que aprenderam a construir na oficina de Customização do CRAS. Neste mesmo encontro foram incluídas informações sobre a Carteira do Artesão, documento emitido pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, através do Programa Gaúcho do Artesanato, que identifica o profissional de artesanato devidamente registrado e reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego para fins de benefícios. O documento é exigido para aqueles que desejem participar de feiras de economia solidária.

O projeto teve algumas alterações em sua estrutura inicialmente planejada. Os objetivos específicos foram adicionados e algumas metas foram alteradas. Mas a mudança mais significativa foi motivada por pedido do corpo técnico do CRAS quando da apresentação do projeto pelo estagiário em uma reunião de equipe do CRAS Conviver. O pedido dos técnicos foi que em um dos encontros do projeto o público alvo não fosse somente os participantes da Oficina de Customização mas qualquer usuário que acessa o CRAS. O estagiário ficou em dúvida se essa alteração deveria de ser realmente feita e apresentou o pedido à Supervisora Acadêmica para análise e essa deu parecer positivo. Sendo assim, no encontro sobre orientações para entrada no mercado de trabalho, o segundo encontro do projeto, o público alvo passou a ser qualquer usuário do CRAS e não só os participantes da Oficina de Customização de Roupas.

Foram pensadas diferentes formas de obtenção de renda para que as participantes tivessem liberdade de escolher aquela que melhor contemple suas expectativas quanto às formas de trabalho que desejem iniciar. Essa medida foi tomada levando em consideração o primeiro princípio fundamental do Código de Ética do assistente social:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
(CFESS, 1993, p. 23)

Percebemos que não somente a liberdade de escolha dos usuários foi levada em consideração mas também foi promovido o respeito a autonomia de cada um em aderir à forma de trabalho que julgar mais adequada.

Nos três encontros do projeto esteve presente a Diretora de Desenvolvimento e Renda da SMEDS. Sua participação foi fruto da parceria intersetorial articulada para a realização do projeto. Sua função era passar orientações técnicas sobre os assuntos tratados nos encontros.

A Diretora contribuiu com as orientações passadas aos usuários, pois é ela quem dá assessoria na SMEDS para os cidadãos que buscam informações sobre feiras de economia solidária realizadas no município e sobre o MEI. Além de construir o projeto e contribuir com as orientações passadas aos usuários, teve-se a responsabilidade de problematizar questões referentes ao mundo do trabalho com os participantes, estimulando que pensassem sobre as causas do desemprego estrutural e conjuntural. Nos três encontros o estagiário buscou-se trazer concepções de desemprego estrutural e conjuntural às participantes, na intenção de mostrar às usuárias que o desemprego também pode ser entendido como uma estratégia do capital em manter uma parte dos trabalhadores excluída do mercado de trabalho e assim ter poder de negociação para o pagamento de menores salários àqueles que queiram adentrar na cadeia produtiva.

Todo o projeto foi planejado pensando em garantir o direito da população usuária ao trabalho e a previdência social, direitos sociais previstos na Constituição Federal. E por isso, constatou-se a importância de haver, no âmbito da assistência social, ações que possibilitem acesso aos benefícios da previdência social. Além disso, o projeto contribui com a promoção da autonomia da população usuária, um dos objetivos específicos do projeto de trabalho que encontra sintonia com os princípios do código de ética do assistente social.

Os objetivos, de modo geral, visavam a melhoria das condições gerais de subsistência da população usuária. Em avaliação feita no primeiro semestre de 2017, ou seja, no semestre posterior ao término da última turma da oficina de customização de roupas do Conviver, constatou-se que o projeto não proporcionou às participantes melhorias substanciais em suas condições de subsistência. Ou seja, o impacto social esperado não foi alcançado, no curto prazo. Foi possível perceber ao longo da execução do projeto, durante o segundo semestre de estágio curricular, que o público escolhido pela equipe técnica do CRAS e incluído na oficina de customização de roupas não atendiam aos critérios para participar das oficinas de inclusão produtiva (pessoas que buscam sua (re)inserção no mercado de trabalho) e a metodologia utilizada nas aulas da oficina de customização também precisaram de readequações para que as técnicas de corte e costura pudessem ser devidamente aprendidas pelas participantes. Além desses fatores, que são diretamente ligados ao planejamento da oficina de customização de roupas pela equipe técnica do CRAS Conviver, problemas estruturais do modo de produção capitalista impedem que as iniciativas de inclusão produtiva sirvam como um meio eficaz de promoção social, que só pode ser alcançada com a articulação entre diferentes níveis de governo e políticas públicas e, ainda, com uma mudança radical na relação entre o Estado e a

sociedade, que não é possível de ser alcançada dentro dos limites impostos pela ordem capitalista.

O projeto de intervenção proposto, compromissado com a melhoria das condições de subsistência da população usuária da assistência social, revela sua intencionalidade em direção à transformação social ao buscar gerar ou elevar a renda dos usuários participantes, trazendo uma melhor condição de vida às pessoas. Além disso, pode ser compreendido como um projeto de transformação social por buscar viabilizar nas três formas de organização propostas nos encontros realizados, o acesso dessa população que se encontra amparada somente pela política de assistência social, aos benefícios do INSS, como aposentadoria, auxílio doença e outros. Sendo assim, a transformação social pretendida no projeto está voltada para o fortalecimento do sistema de proteção social existente no país, rechaçando o atual modelo político neoliberal, que privilegia os interesses de mercado em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Porém, o sucesso de projetos de inclusão produtiva depende de uma conjugação de esforços de diferentes políticas públicas e do interesse real por parte do poder público em fortalecer as políticas sociais prestadas pelo Estado.

Muitas usuárias percebiam a oficina de customização de roupas como uma oportunidade de aprender técnicas de corte e costura, sem terem noção da intencionalidade do trabalho realizado, que era proporcionar novas oportunidades de organização de trabalho visando a geração de renda. Através de questionário de avaliação que foi aplicado pelo estagiário através de visita domiciliar a cada participante da oficina de customização ocorrida no segundo semestre de 2016, verifica-se que as usuárias percebiam a oficina de inclusão produtiva como a oportunidade de aprender novas técnicas e manter o convívio com outras pessoas, ocupando suas manhãs e tardes com o convívio harmonioso com as outras colegas. Ou seja, as aulas de customização serviram principalmente para que as usuárias “ficassem ocupadas com uma atividade sadia em um turno do dia”, o que faz pensar que o projeto serviu apenas como uma atividade de convivência, e que mesmo se fosse prestada no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - não estaria revestida de uma intencionalidade, como preconiza qualquer serviço, programa ou projeto realizado pelo Serviço Social em um equipamento da assistência social.

Em relação ao trabalho desenvolvido é possível constatar que as aulas da Oficina de Customização de Roupas articuladas com os encontros do projeto de intervenção desenvolvido pelo estagiário podem contribuir para a melhoria das condições de subsistência da população usuária, mas não proporcionaram autonomia financeira ou independência dos

programas de transferência de renda. De dez participantes que responderam ao questionário de avaliação do projeto, apenas quatro relataram que conseguiram comercializar com vizinhos ou familiares itens que confeccionaram utilizando das técnicas aprendidas na oficina de customização de roupas, porém a renda gerada foi mínima. É preciso mais tempo de aula na oficina de customização para o devido aprendizado das técnicas por parte das participantes. Nove das dez participantes que avaliaram o projeto relataram que os períodos de realização das oficinas de customização deveriam ocorrer em dois semestres, e não apenas em um como vinha sendo feito. Ou, deveriam ser dadas duas aulas por semana em um só período, e não apenas uma; Uma parte das participantes da oficina de customização não almejava gerar renda com as atividades.

Dez participantes que responderam ao questionário de avaliação, três delas responderam que ingressaram na turma apenas para aprender técnicas de corte e costura, na intenção de realizar reparos nas roupas de familiares. Uma respondeu que é aposentada e cuida de sua mãe idosa, e que a oficina servia como a oportunidade de se ocupar em uma atividade sadia. Ou seja, nem todas as participantes almejavam gerar renda com as técnicas passadas nas aulas, o que não foi identificado pelo corpo técnico do CRAS ao incluí-las na oficina de geração de renda.

Para as usuárias participantes, as oficinas de customização serviram principalmente para estimular a convivência e o fortalecimento de vínculos entre elas, o que nos leva a pensar sobre a possibilidade de vinculação do projeto de intervenção às atividades do SCFV. Ainda assim, seria preciso incluir atividades que ampliem as trocas culturais e de vivências e que desenvolvam o sentimento de pertença e de identidade, na intenção de fortalecer os vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária, objetivos do SCFV. Os projetos de inclusão produtiva devem ocorrer a partir da parceria entre o poder público e empresas privadas, para que o público participante dos projetos possa ser direcionado diretamente às vagas de emprego existentes para o ramo de atividade trabalhado nas oficinas.

O projeto alcançou resultados positivos, principalmente no que diz respeito à troca de conhecimento entre as participantes a respeito das técnicas de costura com umaicineira. Nesse processo, puderam aprender a execução de trabalhos da área da confecção de roupas para a obtenção de renda. Nem todas as participantes alcançaram a geração de renda, pelos mais diversos motivos, porém, a oficina e os encontros do projeto podem ser capazes de gerar processos de reflexão quanto as tendências existentes no modo de produção capitalista.

Os registros deste capítulo mostram que as ações de inclusão produtiva realizadas na assistência social, a exemplo do que foi relatado na experiência de estágio curricular, contêm

diversas contradições, como ocorre no modo de produção capitalista. Isso faz pensar que o caminho para a efetivação da inclusão produtiva seja, portanto, a união de diferentes políticas públicas, em um movimento que se caracterize como um compromisso real por parte do Estado com as demandas sociais colocadas pela sociedade. Nesse sentido, será exposta, no capítulo a seguir, uma proposta de debate a ser realizado pelo Serviço Social, para que haja a efetivação da inclusão produtiva.

4 CAMINHOS PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA: um debate para o Serviço Social

Este capítulo evidencia a importância da articulação das políticas de assistência social, educação e trabalho e renda na efetivação da inclusão produtiva. As proposições colocadas, a respeito da organização da inclusão produtiva, são coerentes com legislações que regem a atuação na assistência social e também refletem a posição de autores de trabalhos publicados na área do Serviço Social.

Os achados aqui registrados são resultantes de pesquisa bibliográfica, do tipo exploratória, nos trabalhos disponibilizados em repositório de acesso aberto Portal CAPES¹⁵. As produções selecionadas foram aquelas produzidas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que coloca a promoção da integração ao mercado de trabalho como um dos objetivos da política de assistência social, e que mais se adequavam aos objetivos pretendidos com este TCC. Os seguintes descritores foram utilizados como filtro para a seleção de obras realizada: inclusão produtiva; inserção produtiva; geração de renda; assistência social; e desemprego.

Na ferramenta de busca "Avançada", selecionou-se o primeiro critério "Serviço Social". Este descritor foi mantido para todas as buscas: associando "inclusão produtiva", teve-se o retorno de 18 produções; "Inserção produtiva", 12 foram as publicações; "geração de renda" retornaram na busca, 44 produções; "Assistência social" retornou com 564; e "Desemprego", 248 produções. Do total proposto, encontrou-se 886 produções.

Para este TCC, optou-se pela discussão sobre inclusão produtiva associadas ao Serviço Social. Além disso foram acessadas outras referências encontradas nas buscas e acessos a outras fontes e que atendiam aos critérios necessários para análise e discussão sobre inclusão produtiva e Serviço Social no Brasil.

Sendo assim, esta seção apresenta a visão crítica de assistentes sociais extraída de produções acadêmicas da área do Serviço Social que tratam da inclusão produtiva. As obras consultadas, de forma geral, revelam as intenções dos atuais governos em ocultar o desemprego estrutural e conjuntural existente, resultantes, principalmente, do avanço da implementação de políticas econômicas de viés neoliberal.

¹⁵ A escolha pelo Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) se deu pela referência de ser "[...] uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. [...] Ele é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro. É também a iniciativa do gênero com a maior capilaridade no planeta, cobrindo todo o território nacional. [...] uma ferramenta fundamental às atribuições da Capes de fomento, avaliação e regulação dos cursos de Pós-Graduação e desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. (BRASIL, 2018).

As análises e interpretações de resultados da pesquisa foram feitas à luz do método dialético crítico de Karl Marx. Este método de análise da realidade evidencia que “o objeto só pode ser exposto depois de ser investigado, analisado criticamente em suas determinações essenciais” (CHAGAS, 2011, p. 55), isso nos auxilia a compreender a realidade social, através de uma leitura crítica, assim como possibilita construir subsídios de intervenção e proposição para o real. Três categorias do método marxista foram utilizadas: a totalidade, que significa a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002, p. 44); a contradição, que se caracteriza por ser “a luta dos contrários na processualidade histórica” (ARNONI, 2008, p. 10); e a categoria da mediação, entendida como “o constante movimento de análise da singularidade do objeto com a totalidade que o determina” (ARNONI, 2008, p. 10).

O estudo das fontes serviu de aporte para ampliar o conhecimento sobre as iniciativas de inclusão produtiva e também para o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre o tema.

Ao pensarmos sobre a problemática que motiva a realização de ações governamentais de qualificação para o mercado de trabalho, reconhecemos que o desemprego, expressão da questão social que atinge parte da classe trabalhadora atendida nos CRAS, é um dos fatores que faz existir a necessidade de projetos dessa natureza. Porém, ainda é preciso pensar em outros determinantes macroestruturais que levam à vulnerabilidade social e às desigualdades:

[...] é necessário reconhecer que fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros locais, regionais e globais definem um contexto. Neste sentido, os fatores que levam à vulnerabilidade e às desigualdades são multidimensionais e multicausais, retratados através do sistema capitalista e da questão social na cena contemporânea e suas particularidades no Brasil. (NUNES, 2012, p. 10)

A inclusão produtiva é entendida

como uma importante ferramenta para a construção de um sistema de proteção social, capaz de gerar uma complexa rede de distribuição e redistribuição de renda que alcance a vida das pessoas que buscam na assistência social formas de superar as necessidades que vivenciam (NUNES, 2012, p. 11)

Considerando o exposto acima, verifica-se a importância de existirem projetos de inserção ao mercado de trabalho à população usuária da assistência social, pois podem servir como uma forma de superar as necessidades que vivenciam. Porém, “ao tomar para si a tarefa de executar serviços e projetos de inclusão produtiva, a assistência social encontra um grande vazio a respeito da própria inclusão” (NUNES, 2012, p. 50) isso porque

As práticas, historicamente expressas na assistência, de maneira generalizada, estão centradas na capacitação superficial, no oferecimento de cursos deslocados de uma

formação mais crítica e que têm a pretensão da (re)inserção no mercado de trabalho. (Nunes, 2012, p. 50)

Ao tratarmos da falta de emprego e garantia de renda estamos reconhecendo que parte da população passa por um processo de exclusão social, que se expressa de diversas formas. “As transformações sociais ocasionadas pela reestruturação produtiva estabeleceram novas relações de exclusões para a classe trabalhadora” (NUNES, 2012, p. 19). Dessa forma, muitas pessoas que antes estavam em condição de pleno acesso aos bens e serviços necessários a manutenção de um padrão digno de vida passaram a ser excluídas socialmente pela falta de emprego e renda (NUNES, 2012). Nesse sentido, em razão dessas mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva, muitas pessoas

Saíram de uma condição de incluído para excluído das relações econômicas, e de um conjunto de direitos sociais conquistados, no momento em que estavam incluídos. Portanto, definir o termo exclusão social torna-se uma tarefa das mais complexas, pois são várias as questões interligadas, já que o excluído, no período atual, não é somente aquele que no passado vivia em condição de pobreza; estão, também, aqueles que perderam o emprego e a proteção que esse lhe oferecia. (NUNES, 2012, p. 55)

Todo esse processo de exclusão não está ligado apenas as transformações geradas pela reestruturação produtiva. É importante pontuar que muitas das mazelas sociais vividas pela população são reflexo do modelo atual organização social que temos, e quanto a isso, temos que

Cada vez mais cresce o número de pessoas que vivenciam processos de exclusão e são afastadas da condição de cidadão. Em contrapartida, o Estado está cada vez menor e menos capaz de oferecer um contraponto às falhas do mercado, em virtude das práticas neoliberais, que limitam a efetivação de políticas públicas. (NUNES, 2012, p. 56)

Sendo assim, verificamos que os projetos de inclusão produtiva estão situados no contexto contraditório do modelo neoliberal, sistema que submete a sociedade às falhas do mercado e ao mesmo tempo busca, através das políticas públicas, a reinserção da população a este mesmo mercado.

Frente ao quadro de diminuição do Estado, enquanto social, em detrimento da economia, ocasionada pelo avanço da ideologia neoliberal no país, que acentua as mazelas sociais vividas pela classe trabalhadora, surge o questionamento se as ações por parte do Estado têm realmente eficácia em responder à necessidade de qualificação profissional da população usuária da assistência social, tão importante para a sua inserção na cadeia produtiva. Sabemos que a ideologia neoliberal é muito comprometida com a manutenção da economia capitalista e com o apaziguamento da luta de classes, porém é pouco interessada pela dimensão social de planos de governo que respondam às necessidades da sociedade como um todo.

Schmitt (2010) traz informações sobre a experiência de realização de uma oficina de inclusão produtiva no CRAS Brejaru, localizado na cidade de Palhoça – SC, que serve como subsídio à discussão em torno da inclusão produtiva voltada para usuários da assistência social. Quanto ao fato de os participantes serem beneficiários de programas de transferência de renda, público prioritário da inclusão produtiva, e quanto à capacidade do projeto em fornecer uma fonte de renda aos participantes, ela sintetiza o seguinte:

Em relação ao fato dos participantes e seus familiares serem beneficiários de programas de transferência de renda e/ou sócioassistenciais, houve a confirmação positiva deste dado, sendo que os relatos ratificaram que as atividades não alcançaram geração de renda a ponto de não precisarem do benefício, ou seja, não gerou a autonomia socioeconômica. (SOUZA, 2010, p. 49)

A autora expõe que o trabalho desenvolvido foi, sim, capaz de gerar renda para o atendimento de necessidades de subsistência da população usuária, “principalmente para aquisição de alimentos” (SOUZA, 2010, p.49). Porém, tal renda gerada não proporcionou uma independência dos benefícios dos programas de transferência de renda ou sócioassistenciais. Ou seja, o projeto não proporcionou autonomia socioeconômica à população usuária através de um salário conveniente mas a geração de uma renda mínima para o atendimento pontual de necessidades básicas de subsistência. É importante frisar que apesar de a experiência relatada ter apresentado um resultado positivo quanto ao atendimento de necessidades de subsistência, não é possível confirmar que todos os projetos semelhantes tenham o mesmo resultado.

Schmitt (2010), Nunes (2012) e Eloi (2014)¹⁶ caracterizam a inclusão produtiva de forma bastante parecida.

Os projetos de inclusão viabilizam oportunidades de geração de trabalho e renda para àqueles que se encontram excluídos dos processos produtivos, ampliando as suas possibilidades de emancipação. Esse processo ocorre através de incentivos por parte do governo federal ao fomento de ações específicas que serão executadas pelos Estados, municípios e pelo Distrito Federal que desenvolverão projetos que insiram sócio e economicamente o público beneficiário dos programas sociais do governo federal. (SCHMITT, 2010, p. 35)

Para Nunes (2012, p. 50) “Ao ser instituída legalmente na Assistência Social, a Inclusão Produtiva deve instrumentalizar e capacitar a população-alvo da assistência para o mercado de trabalho”. E, finalmente, para Eloi, a concepção de inclusão produtiva é caracterizada

¹⁶ As três autoras apresentam excelentes produções sobre as ações de inclusão produtiva voltadas para os usuários da assistência social. A aproximação do estudante com seus trabalhos ocorreu através da pesquisa dos seletores em bancos de dados de referenciais acadêmicos. As autoras expõem as contradições existentes nas iniciativas estatais de qualificação profissional, por elas serem realizadas no contexto perverso do modo de produção capitalista, que gera exclusão e ao mesmo tempo, por meio dessas iniciativas, busca a inclusão da população ao mercado de trabalho. O estudo dessas publicações serviu como base teórica para a construção deste trabalho e para a compreensão do tema.

por ações de qualificação da força de trabalho vigoradas com maior frequência a partir da Presidência de Lula da Silva, em 2003, e orientada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como tentativa contraditória de promoção do desenvolvimento econômico e enfrentamento à pobreza no Brasil. (ELOI, 2014, p. 11)

Pelas passagens de texto relacionadas acima, percebemos que a caracterização de inclusão produtiva para as autoras consultadas é muito semelhante, sendo que todas, de forma geral, apresentam que são ações governamentais que buscam a inserção da população à cadeia produtiva. Chama atenção que Eloi indica que é uma tentativa contraditória de promoção do desenvolvimento econômico e social, e deixa pistas de que são iniciativas do Estado que possuem contradições.

A seguir serão tratados os aspectos abordados pela produção acadêmica do Serviço Social sobre a temática da pesquisa e serão expostas as contradições existentes em tais iniciativas governamentais. Eloi (2014) e Nunes (2012), em suas dissertações de mestrado em Serviço Social, indicam que as ações de inclusão produtiva realizadas no âmbito da assistência social carregam características que remetem à gênese dessa política pelo seu caráter conservador, além de servirem para a propagação de ideais liberais na condução das políticas públicas e para o ocultamento do desemprego estrutural próprio do modo de produção capitalista.

Verificamos que a política de assistência social, ainda que hoje seja compreendida enquanto um direito social da população, pode carregar traços de sua origem, quando mantinha práticas de caráter assistencialista e de atendimento focal as emergências sociais¹⁷. Tais características podem ser impressas nos programas, projetos e ações realizadas por esta política pública ainda hoje. Em projetos de inclusão produtiva, esse caráter de atendimento focal das emergências sociais é percebido, ao reconhecermos que tais projetos se constituem em ações que visam reparar características próprias do modo de produção capitalista, como os baixos índices de qualificação profissional e escolarização da população e o desemprego.

Além de um caráter conservador, as ações de inclusão produtiva servem para atender as exigências impostas pelo modo de produção capitalista, pois é por meio do trabalho que o capital mantém sua lógica de exploração da classe trabalhadora. No contexto neoliberal, as ações por porte do poder público na área do trabalho e assistência social têm a tendência a

¹⁷ Para Nunes (2012, p. 50) "A Política Social de Assistência Social, assegurada pela Constituição Federal de 1988, formando junto com a Saúde e Previdência o trio da Seguridade Social, foi consolidada via legislação, na esteira dos direitos sociais, sob a responsabilidade do Estado. No entanto, antes de alcançar o patamar dos direitos sociais, a Assistência Social, historicamente, foi construída na lógica de práticas que visavam ao atendimento focal das emergências sociais, e a intervenção dava-se pela ação da caridade da iniciativa particular da igreja ou da solidariedade das pessoas "boas" da sociedade".

propagar ideais liberais que buscam ocultar a privação de direitos imposta aos trabalhadores.

Quanto a isso, temos que

É por meio da organização do trabalho que a insurreição do capital provoca a dominação de poucos contra muitos. Sendo assim, percebe-se que o investimento na área do trabalho é um campo propício para facilitar a dominação de capital sobre a massa de trabalhadores em regime de trabalho precário, e que planos e programas estatais são campos favoráveis de propagação dos ideais liberais para ocultamento da espoliação do trabalhador. (ELOI, 2014, p. 15)

Nunes coloca também que

a sociedade capitalista é marcada por períodos de inclusão e exclusão do trabalhador, evidenciando-se uma rotatividade de entradas e saídas e mudanças significativas cada vez que se reelabora esse processo. O “excluído” de um lado é “incluído” de outro; esta relação é o modo que a sociedade contemporânea encontrou para uma contínua ressocialização de seus membros, é a busca pela reelaboração de vidas e de identidades. (NUNES, 2012, p. 53)

A rotatividade dos trabalhadores, ora empregados, ora desempregados, é parte da estratégia do capital para a reprodução da força de trabalho, que ao estar fora dos postos de trabalho, busca a sua entrada, e ao estar inserida, corre o risco de ser substituída pelo trabalhador que alcançou uma maior qualificação. Com isso, é a reprodução da força de trabalho, essencial para a manutenção do sistema capitalista, é constante, e nesse sentido, os projetos de inclusão produtiva acabam por colaborar nesse processo. É trazido, ainda, que

as transformações sociais ocasionadas pela reestruturação produtiva estabeleceram novas relações de exclusão para a classe trabalhadora; assim, as pessoas que no passado recente tinham pleno acesso aos bens e serviços necessários à manutenção e à reprodução de um digno padrão de vida e, como consequência, da perda do emprego e da diminuição da proteção, deixaram de usufruir o pleno acesso aos costumeiros bens e serviços. (NUNES, 2012, p.55)

Na atual fase da reestruturação produtiva, o excluído não é mais apenas os indivíduos que sempre mantiveram uma condição de pobreza, mas também aqueles que, ao estarem inseridos na lógica de reprodução da força de trabalho indispensável para a reprodução do capital, acabam por perder seus empregos e também uma série de seguranças que tinham enquanto trabalhadores formais, cobertos por garantias. Isso gera uma demanda antes não latente para a assistência social, que precisa dar respostas às novas imposições do modo de produção capitalista.

A reestruturação produtiva, gera exclusões cíclicas do mercado:

Apreendendo a realidade atual, convivemos, cada vez mais, com um número crescente de trabalhadores que fica desempregado e que sofre para se reinserir no mercado de trabalho, quer seja pela idade, escolaridade, o enfrentamento das novas tecnologias, pela desqualificação ou pelo modelo robotizado que ocupa a “vaga” do humano. O trabalhador vive alternado momentos entre o emprego e a busca deste, ou, o que ainda é pior, um trabalhador sempre em busca de emprego. O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho. (NUNES, 2012, p. 61)

A reestruturação produtiva, portanto, se expressa pela exigência do mercado por trabalhadores com pouca idade, alta escolaridade, e que sejam capazes de acompanhar os avanços tecnológicos empregados nos processos de trabalho. Este perfil exigido, é muito diverso da realidade de qualificação e instrução de boa parte dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora. Se pensarmos na realidade vivida pelos usuários que acessam a assistência social, verificamos que o trabalhador exigido pelo mercado está muito distante do perfil que pode ser formado em projetos de inclusão produtiva, pois nestes tipos de iniciativa a qualificação dada aos participantes é extremamente rasa, dados os recursos que a política pública de assistência social dispõe. Logo, mais uma vez, percebemos a importância da conjugação de diferentes políticas públicas, para a execução de projetos de inclusão produtiva. Confirmando o exposto anteriormente, se reconhece que

A característica da população atendida pela política de assistência social é evidenciada pela presença de elementos que denotam a exclusão social, uma população fragilizada, sem formação profissional, e que nunca conseguiu se vincular ao mercado formal. Para essa população, são oferecidos cursos de caráter suplementar e de formação rápida para atender a uma fatia do mercado. Assim, é nessa lógica que se separam as políticas públicas de emprego da política de assistência social. (NUNES, 2012, p. 63)

Ou seja, por via das ações de inclusão produtiva, resta à população que acessa a assistência social, na tentativa de sua reinserção ao mercado, cursos que não atendem à altura às exigências impostas pelo mercado, o que confirma que projetos de inclusão produtiva possuem uma formação rápida e de caráter suplementar apenas para atender uma determinada fatia deficitária do mercado.

As ações de inclusão produtiva, observadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso e mantidas ao longo dos governos democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, carregaram um discurso retórico de inclusão social e cidadania, mas tinham como reais intenções obedecer orientações de organismos internacionais que almejam, além de combater a desigualdade¹⁸ e a pobreza, consolidar a ordem capitalista (Eloi, 2014). Além disso, é trazido que

[...] o movimento econômico-político burguês de garantia da acumulação capitalista tem contradições. Num certo momento, as artimanhas ideológicas privatistas e estatais apresentam-se à classe trabalhadora como heroicas – a exemplo: a política do pleno emprego nos “anos de ouro” – para acalantar o conflito de classes, na medida em que assegura a expansão do emprego nas indústrias, e, assim, a intensificação do trabalho de homens para garantir o lucro, a mais-valia. A partir do

¹⁸[...] As desigualdades entre as pessoas ocorrem pela falta de uma educação de qualidade para todos, pela oferta de melhores oportunidades de trabalho e de qualificação profissional, pela inadequada distribuição da renda, pelas dificuldades de acesso aos bens e serviços produzidos na sociedade, pela má administração dos recursos públicos, pela corrupção, entre outras causas. Neste contexto, a inclusão social representa a garantia do atendimento das necessidades básicas de todas as pessoas que, de alguma forma, são colocadas à margem da sociedade, em função de um sistema ou modelo de desenvolvimento excludente" (CALISING, 2018, p. 620)

limite imposto pela acumulação, o capital entra em crise e, claro, empurra a classe trabalhadora para os bolsões de miséria, só que ao fazer isto, organiza a superpopulação relativa, ou melhor, o exército industrial de reserva para as novas demandas impostas pela sua autotransformação, ou seja, pelo mundo do trabalho. (ELOI, 2014, p. 32)

Nesse sentido, as iniciativas de inclusão produtiva são compreendidas como “artimanhas ideológicas privatistas e estatais” (Eloi, 2014) que têm o objetivo de apaziguar o conflito de classes, pois gera emprego a classe explorada. Porém, nos momentos de crise do capital, geradas por um limite imposto à acumulação, a classe trabalhadora é empurrada para a miséria, e passa a compor o exército industrial de reserva¹⁹ indispensável para a ordem capitalista. Nesse sentido, a classe trabalhadora é compreendida como matéria-prima para a exploração e as ações Estatais como artimanha do capital.

Ao pensarmos sobre a problemática que motiva a realização de ações governamentais de qualificação para entrada no mercado de trabalho, reconhecemos que o desemprego, expressão da questão social que atinge parte da classe trabalhadora, incluindo a parcela atendida nos CRAS, é um dos fatores que faz existir a necessidade de projetos dessa natureza.

Uma medida viável para que sejam alcançados resultados sólidos em relação à execução dessas ações seria a articulação intersetorial. Ou seja, é fundamental que ocorra uma conjugação de esforços entre diferentes políticas públicas, e não apenas da política de assistência social, para lidar com a questão do desemprego, que é um fator estrutural presente no modo de produção capitalista.

A PNAS reforça que a oferta de serviços de inclusão produtiva seja realizada a partir da integração da assistência social com outras políticas públicas. Dessa forma, o trabalho voltado para a qualificação da população abandona o caráter historicamente associado à assistência, de práticas que visam o atendimento pontual das expressões da questão social vividas pela população, e passa a fazer parte de uma estratégia para a efetivação da proteção social, servindo, portanto, aos interesses colocados pela população.

Tem-se na PNAS que

a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos. (BRASIL, 2005, p. 42)

¹⁹ Para Souza (2005, p. 116) “a noção de exército industrial de reserva nos permite entender como, no modo-de-produção capitalista, a geração de uma população sobrança assume a função particular de “produto e alavanca do processo produtivo capitalista”.

É necessário e fundamental para o desenvolvimento de projetos que visam a inclusão de mão de obra ao mundo do trabalho, que se estabeleça relação direta entre a política de assistência social e a de trabalho, porém, entre essas duas políticas existem diferenças que acabam por distanciá-las. Um dos distanciamentos é a diferença de orçamento destinado a cada uma delas:

historicamente a assistência social apresenta um aporte de recursos financeiros em seu orçamento muito aquém de suas reais necessidades de investimentos. Apesar de configurar no bojo da Seguridade social, das três políticas, é a que recebe menor orçamento público. (NUNES, 2012, p. 64)

Constatamos, portanto, que o orçamento utilizado pela assistência social em ações de inclusão produtiva é bastante limitado. Ainda são identificados outros fatores que distanciam a assistência social da política de trabalho:

a assistência social atua no campo da desmercadorização de seus serviços, que devem ser públicos e oferecidos com qualidade. Por outro lado, a política de trabalho centra suas ações para o mercado, que tem como valor de troca o produto da expropriação da mão-de-obra do trabalhador, havendo uma ação mercantilizada dessa relação. (NUNES, 2012, p. 66)

Pela passagem de texto acima, fica claro, portanto, que existe uma diferença de concepção na prestação dos serviços entre as duas políticas públicas, que deveriam compor um trabalho intersetorial. Enquanto a assistência busca a desmercantilização dos serviços, a política de trabalho forma a mão de obra exatamente para a sua mercantilização (NUNES, 2012). Compreendemos, portanto, que é um grande desafio para a assistência social inserir a população ao mercado, pois os cursos de qualificação oferecidos

reiteram a subalternidade da população e sua desqualificação para o mercado, uma vez que os cursos são construídos na ótica da ocupação do tempo sem vinculação com a política produtiva local e como arremedo de inclusão em trabalhos, muitas vezes precarizados e sem qualidade. (CALVETE, 2009, p. 202)

Frente a realidade de projetos precarizados, que não garantem a inserção produtiva da população de forma eficaz, temos que

A assistência vista como porta de entrada para outras políticas, dentro de seus objetivos, assume um complexo compromisso com a população que não tem acesso às demais políticas públicas, porém não apresenta aporte de recursos para responder por todas. No entanto, a população só terá direito à assistência social quando as outras políticas falharem. Assim, entendemos que, para que a assistência social possa construir caminhos de inserção produtiva, deve estabelecer uma relação igualitária com as demais políticas, especialmente a do trabalho; assim, quem sabe, se abra caminhos para encontrar soluções e alternativas para que os usuários estejam incluídos como pertencentes à classe dos trabalhadores. (NUNES, 2012, p. 67)

As relações entre as diferentes políticas públicas devem ser igualitárias, incluindo o aporte necessário de recursos para a sua execução. Ainda que reconheçamos o caráter perverso do mercado no contexto do capitalismo, é preciso pensar ações que propiciem uma fonte de renda à população, para que as pessoas saiam da condição de excluídas para incluídas

do processo produtivo, e não fiquem sujeitas unicamente a política pública de assistência social.

É sabido que a baixa qualificação profissional da população para o mercado é reflexo de um contexto de privação de diversos direitos de cidadania e que a política econômica neoliberal faz com que a população fique desamparada no que diz respeito às demandas sociais. A distribuição de recursos entre as diferentes políticas públicas, portanto, é fundamental para o atendimento das demandas colocadas pela sociedade, e a articulação entre as políticas de Educação, Trabalho, Emprego, Renda e Assistência Social é fundamental para a qualificação e inserção da população ao mercado, ainda que essa inserção ocorra no contexto do modo de produção capitalista.

Schmitt (2010), Nunes (2012) e Eloi (2014) apresentam uma concepção crítica coerente em relação as ações de inclusão produtiva e revelam, dentre outros fenômenos observados, as intenções dos governos brasileiros, em promover a inclusão produtiva para ocultar as diversos fatores sociais presentes no contexto do capitalismo que trazem sérias consequências para a classe trabalhadora. São denunciados o desemprego enquanto estratégia do capital em manter uma reserva de trabalhadores afastada dos processos produtivos, e assim, buscar a reprodução da lógica societal capitalista vigente.

O posicionamento crítico de assistentes sociais em relação ao mercado capitalista é fundamental para a categoria profissional, que opera diretamente na relação capital-trabalho, e permite que sejam retiradas da ocultação as diversas formas perversas de exploração presentes na realidade do atual modo de produção. Verifica-se, portanto, a partir da leitura dos trabalhos, que há a existência de um corpo de trabalhadores intelectuais que colaboram com a construção do conhecimento acerca da realidade na qual desenvolvem seu trabalho profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As legislações que regem a política de assistência social preveem no seu escopo a realização da inclusão produtiva. Por isso a execução de iniciativas voltadas para a (re)inserção de usuários à cadeia produtiva ocorre no âmbito dessa política pública. Tais ações são realizadas no contexto do modo de produção capitalista e por isso, assim como qualquer ação governamental executada atualmente, apresenta contradições. Apesar disso é fundamental que ocorra a busca da população por sua (re)inserção ao mundo do trabalho, pois ela pode resultar na ampliação e da grande camada populacional que compõe a classe trabalhadora.

O projeto de intervenção desenvolvido no campo de estágio serviu como uma valiosa experiência de aproximação com um projeto de inclusão produtiva realizado em um equipamento público da assistência social. A realização do projeto permitiu verificar como o trabalho voltado para a inserção produtiva dos usuários ocorre em sua execução prática e qual é a dinâmica vivenciada nesse processo, tanto para os usuários do equipamento, quanto para os trabalhadores envolvidos na garantia do acesso ao trabalho.

O diálogo feito por assistentes sociais acerca das ações de inclusão produtiva realizadas no âmbito da assistência social revela o posicionamento crítico da categoria profissional ao sistema de produção vigente. Entende-se, de modo geral, que são ações que visam encobrir diversas características existentes no mundo do trabalho no contexto do capitalismo, que trazem diversas formas de precarização às vidas da classe trabalhadora. Essa compreensão crítica da realidade social vivida pela população é de suma importância para a assistente social, pois as expressões da questão social, seu objeto de trabalho, são consequências diretas da relação contraditória que se estabelece entre os interesses dos trabalhadores e do grande capital.

O capitalismo utiliza-se de diversos artifícios para a sua reprodução enquanto ordem societária. Entre estes, há uma forte campanha pelo neoliberalismo. As consequências sociais da adoção dessa política econômica é a redução das funções públicas prestadas pelo Estado, voltadas para o atendimento das demandas sociais colocadas pela sociedade civil. Além disso, a opção dos governos pela adoção de políticas econômicas neoliberais resulta, também, a implementação inevitável da reestruturação produtiva, que traz precarização e desregulamentação às oportunidades de trabalho existentes no mercado.

O sucesso de projetos de inclusão produtiva depende de uma conjugação de esforços de diferentes políticas públicas e do interesse real por parte do poder público em fortalecer as políticas sociais prestadas pelo Estado. Algo pouco esperado se pensarmos no conjunto de circunstâncias existentes que servem para a reprodução do capitalismo.

Este trabalho contribui com a área de conhecimento do Serviço Social ao reforçar as diversas características existentes no contexto da ordem societal vigente, revelando os limites que o capitalismo impõe para a classe trabalhadora. Porém, ainda que se faça esse apontamento, é importante reconhecer que população está inevitavelmente condicionada a esses limites. Dessa forma, é importante que sejam pensadas políticas sociais que possam beneficiar a classe-que-vive-do-trabalho, independente da ordem política, econômica e social observada na realidade. A proposta da inclusão produtiva se desenvolve na assistência social observando essa realidade e reconhece que o trabalho pode ser uma forma de reinserir a parcela da população que se encontra excluída dos processos sociais. Além disso, somente quando o trabalhador se sente pertencente a uma classe social, ele pode criar consciência de classe, indispensável para a realização do embate ao sistema de produção que o oprime.

Por fim, compreende-se que as ações voltadas para a (re)inserção da população ao mundo do trabalho podem servir para ampliar a parcela populacional que faz parte da classe social dos trabalhadores, e assim engrossar o caldo de resistência ao atual modelo societário e seus ditames. Também, constata-se que para que ocorra a inclusão produtiva de todo o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, é necessária uma conjugação de esforços de diferentes políticas públicas compromissadas com a questão do trabalho. Porém, reconhece-se que essa proposta de união entre políticas seja viável apenas em um momento de esplendor da sociedade contemporânea, em que ela rompa com a ordem societal vigente, responsável por diversas das mazelas sociais existentes hoje.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Mudanças no Mundo do Trabalho**. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, v. 3, p.227-245, 2002. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/25497/neoliberalismo_reestruturacao_produtiva_mudancas.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc. [online]. 2004, vol.25, n.87, pp. 335-351. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em 11 de junho de 2011.

ARNONI, Maria Eliza Brefere. **Metodologia da Mediação Dialética e a Operacionalização do Método Dialético: Fundamentos da Dialética e da Ontologia do Ser Social como base para discussão da Questão Metodológica na Educação Escolar**. In: 31ª Reunião anual da Anped - Caxambu, 2008. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT04-4971--Int.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

BRASIL. MDS - Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. Ministério do Trabalho. **Qualificação Profissional**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/mais-informacoes/qualificacao-profissional>>. Acesso em: 11 de jan. 2018.

_____. **Constituição Brasileira**, 17ª ed. Brasília, 1988.

_____. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **ACESSUAS TRABALHO**. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/aceessuas-trabalho>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Missão e Objetivos**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=126>. Acesso em: jun. 2018.

_____. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho**. 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Acessuas.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

_____. **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017

_____. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Inclusão Produtiva Urbana**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **ACESSUAS TRABALHO**. 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1/ace suas>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

_____. **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. **Decreto nº 7.788, de 15 de Agosto de 2012**. Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7788.htm>. Acesso em: 02 de out. 2017.

_____. **Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008**. Estabelece o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, a ser firmado entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6393.htm>. Acesso em: 02 de out. 2017.

_____. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Gestão de Recursos Federais: manual para os agentes municipais**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/cartilhagestaorecursosfederais.pdf>> Acesso em: 02 de mai. 2018.

CALVETE, C. et al. A assistência social e a inserção produtiva. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 30 mar. 1993. Brasília: CFESS, 1997.

CHAGAS, Eduardo F. **O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto**. *Revista Síntese*, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, p.55-70, 2011. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1036/1460>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

ELOI, Núbia Machado. **O Mito da Inclusão Produtiva O Discurso Ideológico de Cidadania, Inclusão Social e Crescimento Econômico do Estado Brasileiro de FHC à Dilma**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6258/1/Dissertacao_MitoInclusaoProdutiva.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE Notícias. 2017.** Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9648-todos-os-estados-e-98-7-dos-municipios-desenvolviam-acoes-de-inclusao-productiva-em-2014.html>>. Acesso em 02 out. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua** – Brasil. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201603_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua** – Região Sul. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201603_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_e_Grandes_Regioes.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua** – Rio Grande do Sul. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201603_trimestre_comentarios_sinteticos_Rio_Grande_do_Sul.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016.

KOSIK, Karel (2002). **Dialética do concreto**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

CALSING, Elizeu Francisco. Inclusão social pelo trabalho. In. MENDES, René (Org.). **Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador**. Novo Hamburgo: Proteção Publicações Ltda, 2018.

NUNES, Neuza Maria dos Santos. **Inserção Produtiva e Assistência Social: Caminhos para a Inclusão?** 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5109/1/000441458-Texto+Completo-0.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SCHMITT, Alessandra Montes. **Assistência social e inclusão produtiva no município de Palhoça: o caso do CRAS Brejaru**. 2010. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal**. 2005. 6 f. Tese (Mestrado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2005. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/download/1304/882>>. Acesso em: 29 maio 2018.

SOUZA, J.J.. In. SCHMITT, Alessandra Montes. **Assistência social e inclusão produtiva no município de Palhoça: o caso do CRAS Brejaru**. 2010. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.